ISSN 1984-5634

ENTREVISTA

História Pública e o negacionismo no tempo presente: uma entrevista com Sônia Maria de Meneses Silva

Public History and Denialism in the Present Tense: an interview with Sônia Maria de Meneses Silva

Sônia Maria de Meneses Silva
Reginaldo Paulo Giassi[1]

Resumo:
A presente entrevista foi realizada via plataforma virtual em 06 de maio de 2022 e salienta a preocupação da professora Dra. Sônia Maria de Meneses Silva em consolidar a História Pública no Brasil como um saber histórico e emancipador que busca englobar um movimento de caráter tanto acadêmico quanto social. O objetivo central foi o de difundir as narrativas de Meneses e promover reflexões nos/as leitores/as sobre os movimentos negacionistas e revisionistas em nosso tempo presente. Outros temas abordados foram: memória digital, memórias da ditadura e movimentos negacionistas no Brasil.

Palavras-chave: História Pública, Negacionismo, Memória Digital.

EDITOR-CHEFE:
Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:
Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 31/05/2022
ACEITO: 26/10/2022

COMO CITAR:
Silva, S. M. M., Giassi, R. P. História Pública e o negacionismo no tempo presente: uma entrevista com Sônia Maria de Meneses Silva. *Aedos*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 345-356, jul.–dez., 2023.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). ORCID iD: 0000-0002-9873-4621. E-mail: reginaldo.giassi@gmail.com

A entrevistada é Sônia Maria de Meneses Silva, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pós-doutora pela Universidade de São Paulo (USP). É professora titular do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA) atuando como efetiva das cadeiras de Teoria da História, Introdução aos Estudos Históricos, Projeto de Pesquisa e Teoria e Metodologia da História Social, onde, também, é coordenadora do Doutorado Interinstitucional em História URCA/UFF e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)– Nível 2, órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Faz parte do corpo docente do Mestrado Profissional em História-Prof Historia-URCA ministrando a disciplina de Teoria da História. Na URCA, coordenou de 2014 a 2016 o subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e atuou na elaboração e implantação do projeto do Centro de Documentação do Cariri (CEDOC-Cariri) financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Atualmente é líder de Grupo de Pesquisa do Laboratório de Imagem, História e Memória (LABIHM) vinculado ao Departamento de História e na Universidade Estadual do Ceará (UECE) onde é professora Colaboradora do Programa de Mestrado em História-MAHIS sendo responsável por ministrar os Seminários de Pesquisa.

Meneses possui ampla produção historiográfica sobre História Pública e Negacionismo Histórico distribuídos em 34 artigos, 10 livros, 19 capítulos, 67 resumos que junto com outras publicações totalizam 270 produções bibliográficas. Entre suas obras, destaca-se, aqui, sua dissertação de Mestrado, intitulada "As Chaves da Cidade: violência e civilização na construção urbana de Fortaleza na segunda metade do século XIX" defendida no ano 2000 e sua tese de doutorado, denominada "A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação. A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964", resultado de pesquisa realizada entre 2007 e 2011, no qual localizou e analisou em torno de 270 matérias postadas pelo jornal Folha de São Paulo no Facebook sobre a Ditadura Militar brasileira e que foi editada em forma de livro pela Intermeios em 2017. Além disso publicou o livro "História, Memória e Direitos" (2018) pela Editora Letra e Voz e organizou, juntamente com Juniele Rabelo de Almeida[2], o livro" História Pública em Debate – Patrimônio, Educação e Mediações do Passado" pela mesma editora.

A professora Sônia também atua como coordenadora de dois grupos de pesquisas que intitulados são: "História e divulgação científica: produção de podcasts e os usos da história pública no tempo presente", no qual pretende investir na produção de conteúdos voltados para a divulgação histórica com a criação de podcasts e assim proporcionar a integração do ensino, pesquisa, extensão e difusão do conhecimento histórico e o grupo "Meios de comunicação, pós verdade e negacionismos históricos: emergências conservadoras na américa latina (1990-2018)" que procura analisar os processos de mudança política na América Latina, nas últimas três décadas, à luz dos usos da história na cena pública investigando como, no Brasil e na Argentina, as transformações no cenário político resvalaram em conflitos sobre leituras e apropriação dos acontecimentos históricos, usos do passado e da própria história através dos meios de comunicação.

2 Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em História e nos Cursos de Graduação. Doutora em História Social (USP) e mestre em História (UFMG).

Em suma, Sônia Maria de Meneses Silva é uma pesquisadora de méritos reconhecidos que contribui para a formação de historiadores e historiadoras desde que ingressou como docente no mundo acadêmico em 2002 e passou a preocupar-se não apenas com os fenômenos e os registros do passado histórico, mas igualmente com o próprio tempo presente que reflete discussões em torno da formação de professores/as, ensino de história e novas tecnologias colocando-os como sujeitos principais de uma sociedade que ainda sofre com ataques diretos a sua liberdade. Seus diálogos chamam atenção não apenas dos profissionais da educação que estão familiarizados a termos técnicos e discursos teóricos, mas sim de toda a comunidade escolar, uma vez que é capaz de criar condições para a estruturação de ações coletivas envolvendo a aprendizagem e a formação da cultura histórica. A partir da problematização do uso da linguagem e considerando diferentes tipos de suportes, tais como livros, filmes, programas televisivos, sítios da Internet, mapas, fotografias etc. Meneses reúne material suficiente para a difusão científica da História por todas às camadas da sociedade, além disso, como professora, foi e segue formando muitas gerações de historiadores e historiadoras.

Em um primeiro contato via *e-mail* com a professora Dra. Sônia Maria de Meneses Silva – a quem agradeço imensamente –, tive a felicidade de receber, em poucas horas, sua resposta, e ela gentilmente se disponibilizou a participar dessa entrevista, que aconteceu de forma remota na manhã do dia 06 de maio de 2022, por meio da plataforma digital *GoogleMeet*. Nesse dia, Meneses discorreu por diversas temáticas que podem nos auxiliar a compreender as relações que existem entre a nossa sociedade, as mídias sociais, o negacionismo e as reverberações dos desafios para consolidar a História Pública no Brasil como um saber histórico, uma vez que ao se deparar com a complexidade dessas várias narrativas que são costuradas e que têm papel fundamental para história, ela constatou uma movimentação em direção a reflexões coletivas de um passado atuante e que pode ser fundamental para entender o presente. Em um segundo momento, suas narrativas são referentes às ditaduras militares do Brasil e da Argentina que diante de certos passados amplamente debatidos e largamente documentados em redes sociais virtuais de maneira alguma podem ser negadas ou apresentadas como invenções, visto que, sua pesquisa busca saber a diferença dessa apropriação do leitor internauta brasileiro para o leitor internauta da Argentina. Não menos importante é o peso de passados violentos que, ainda, estão vivos de diferentes maneiras no presente. Esses passados desempenham papéis importantes na vida pública e Meneses os expõem não apenas como memórias traumáticas, mas também como experiências do presente que auxiliam historiadores e historiadoras no estudo e na reconstrução dessas memórias da Ditadura.

A entrevista ainda abordou tópicos que nos ajudam a compreender, de forma muito interessante, quais devem ser os cuidados que o historiador e a historiadora devem ter para não transformar o seu discurso sobre História Pública em um discurso autoritário e que assuma a ideia de que apenas uma verdade existe, embora seja concebido que o passado não é construído com uma única voz ou por uma única história, mesmo que essa narrativa pública seja reacionária e abusiva se colocando como espaços que contam uma verdadeira História. Nesse sentido, Meneses exprime um diálogo em que aponta para um novo universo em que a própria ideia de verdade se torna uma mercadoria vendida como informação alertando professores e professoras de história sobre a forma como esses devem lidar com os movimentos negacionistas e revisionistas em nosso tempo presente.

Agradecemos imensamente por esta rica entrevista e desejamos a todos boa leitura!

Reginaldo Paulo Giass: *A professora coordenou e organizou o livro "História Pública em Debate Patrimônio, Educação e Mediações do Passado". Você poderia falar sobre os desafios para consolidar a História Pública no Brasil como um saber histórico, emancipador e que busca englobar um movimento de caráter tanto acadêmico quanto social?*

Sônia Maria de Meneses Silva: Este livro foi organizado por ocasião do terceiro congresso de História Pública, realizado na cidade de Cariri-CE e que reuniu, em 2016, uma boa parte dos pesquisadores que, no Brasil, estavam e continuam desenvolvendo reflexões sobre História Pública. Foi uma semana muito intensa de ponderações e que acabou originando a organização desse livro que foi partilhado comigo e com a Juniele Rabêlo de Almeida[3] (...). Para situar a História Pública no Brasil, a partir das questões que você coloca "dos desafios", podemos pensar em alguns marcos de institucionalização porque, antes disso, é claro, nós já tínhamos essas narrativas públicas de História. Na verdade, as narrativas públicas sobre o passado sempre existiram, pois a maneira como as pessoas contam o passado reflete sobre o passado no seu cotidiano. O passado, sendo um propulsor de identidade, de formações sociais e de construção de nações faz parte do que é a mobilização pública da História ou dos Discursos Históricos sobre o passado. Mas qual seria, então, o grande diferencial para se denominar – vou pontuar aqui como uma problemática – a preocupação pública com a História? Eu acho que essa preocupação ou esse processo de compreensão mais consciente por parte dos historiadores e historiadoras – sobre o que seria essa dimensão pública da História – começa a emergir, nos anos 1970, quando se coloca a própria discussão sobre a profissionalização dos historiadores fora da academia. Isso vai ser debatido nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Austrália e desencadeia um processo de reflexão que passa pelo pensar sobre o quê o historiador e a historiadora poderiam contribuir ou como poderiam atuar nessas sociedades para além do espaço de pesquisa acadêmica e isso é muito interessante porque o primeiro problema – e a maneira como ele aparece de forma mais clara sobre a dimensão pública – é vinculado por parte dos historiadores e historiadoras; a preocupação com a ativação dessa profissão[4]. Mas, durante esse processo de preocupação do que o historiador e a historiadora poderiam contribuir fora da academia, percebeu-se que a argumentação sobre a narrativa pública de História era muito mais ampla do que isso, porque, cada vez mais – e é importante nós destacarmos a emergência dos sujeitos e pautas políticas na cena pública no pós 1970 e no início de 1980 –, a profusão de veículos de comunicação, de forma de acervos e de produção de novos registros conduziu a uma série de outras questões que até então não eram contempladas de forma muito distinta. Por exemplo: eu comecei a fazer as reflexões para o meu doutorado entre 2006 e 2007 sobre mídias e a minha preocupação era – até porque nem o conceito (de História Pública) eu conhecia – pensar como se produziam narrativas públicas fora da academia e, só anos depois, eu fui entender que isso é uma preocupação da História Pública. Então, em relação a esse marco, no Brasil, nós podemos dizer que acontece quando

3 Doutora em História Social (USP) e mestre em História (UFMG). Realizou pós-doutorado em 2011 na UFMG e, em 2020, na University of California, UC Berkeley (Professora Visitante – Print/Capes; com período final de atividades na UFRGS). Pesquisadora integrante da equipe de coordenação do "Laboratório de História Oral e Imagem" (LABHOI-UFF). Participa das comissões administrativas/científicas da Rede Brasileira de História Pública (Rebrahip) e da Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

4 No Brasil, a profissão de historiador foi regulamentada em 2020. A Lei N.º 14.038, de 17 de agosto de 2020, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências, resultante do Projeto de Lei 4699/12, do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

se anuncia o conceito para a sociedade de historiadores e historiadoras no ano de 2011, e um nome muito importante que não se pode deixar de mencionar: Ricardo Santhiago Corrêa[5], organizador do primeiro simpósio nacional e do primeiro curso de História Pública no Brasil com sede na Universidade de São Paulo – USP. Quando você me pergunta: esse saber emancipador, também, faz parte dessa dimensão? Por exemplo: a professora Marta Gouveia de Oliveira Rovai[6] faz pesquisas interessantíssimas com a série de sujeitos transexuais, homossexuais, narrativas de vida. A Juniele de Almeida, também, trabalha com História Oral e, recentemente (dezembro/2021), lançou um livro belíssimo chamado: "(Im)permanências: História oral, mulheres e envelhecimento na pandemia" que reúne, em dois grandes volumes publicados pela editora Letra & Voz, o testemunho de 40 mulheres. Essa obra é maravilhosa e emocionante. Foram mais de 74 pesquisadores envolvidos e eu acho que isso diz muito do que você está perguntando; essa potência emancipadora de como o conhecimento pode ser o mobilizador dessas reflexões para e com a sociedade. Eu acredito que essa é a dimensão fundamental do que é História Pública, porque eu não vejo a História Pública, por exemplo, como uma corrente ou uma metodologia específica, eu a percebo como um posicionamento de uma preocupação ou de um processo de pensamentos que coloca a História como centro de estudos da sociedade para além das academias. Não por acaso, nos últimos anos, a profusão de narrativas públicas sobre o passado é gigantesca e até assustadora. Então, eu penso que essa é a dimensão fundamental do fazer público da História, dessa relação com a sociedade e desse retorno para academia. Nesse sentido, nós temos as preocupações com os processos de apropriação de narrativas, com os processos de produção que vêm de fora de comunidades, de sociedades e de associações que conseguem fazer das suas construções narrativas sobre o passado exemplos de conteúdos emancipadores. Infelizmente, as narrativas públicas da história nem sempre têm características emancipadoras porque, também, são muito diversas. E aí nós entramos em uma outra perspectiva que são as narrativas nessa cena pública que fazem o exercício oposto e que corroboram ideias autoritárias negacionistas. Então, pensar a esfera a pública é se deparar com a complexidade dessas várias narrativas que são costuradas e que têm papel fundamental para história enquanto mobilizadora política de processos de reflexão para a sociedade como um passado que atua e que pode ser fundamental para o presente, mas também nós temos exemplos que são versões abusivas dessas histórias, principalmente quando o passado é instigado para manipulações, para interesses políticos muito precisos. Então, é esse cenário que nós nos deparamos nesse universo da História Pública hoje no Brasil.

RPG: *O seu artigo "Livros, Leitores e Internautas Os Guias da História e os Embates pelo Passado Através da Mídia" está pautado em uma pesquisa sobre: os comentários na página do Facebook dos jornais a Folha de São Paulo e La Nación (2010-2017) no envolvimento de temas relativos às ditaduras militares do Brasil e da Argentina. Diante dessas narrativas investigadas, foi possível perceber a construção de uma memória digital?*

5 Ricardo Santhiago Corrêa é historiador e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde coordena o Centro de Memória Urbana (CMUrb) e o Amabile – Arquivo da Memória Artística Brasileira.

6 Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). É integrante da Rede Brasileira de História Pública.

SMMS: Esse artigo que você menciona foi o começo desse processo de pesquisa que hoje eu desenvolvo e que desencadeou mais recentemente a reflexão sobre os negacionismos na cena pública. Comecei esse processo de reflexão logo depois que terminei o doutorado em 2011, em que trabalhei com um veículo de mídia convencional – o Grupo Folha. Na verdade, me concentrei no jornal e nas construções do grupo como um todo, porque atuei com outros materiais: pequenos guias e publicações no site publifolha. No entanto, quando terminei a pesquisa, percebi que era necessário refletir sobre outros processos de apropriação midiática que, entre 2007 e 2011, ainda não eram tão evidentes como hoje são as redes sociais. Por isso, incorporei aos estudos ponderações sobre esses processos de apropriação de como conteúdos históricos passaram a circular na internet. Nesse percurso, antes até de chegar nas redes sociais entre 2014/2015 – estávamos vivendo a essência do golpe que iria derrubar a então presidente Dilma Rousseff – surgiram as seguintes questões: o que as pessoas leem, quando lê história? O que as pessoas estão lendo? Por que há determinados comentários sobre histórias nas redes sociais? Ao mesmo tempo, lanço outras questões quando faço uma reflexão sobre "O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil[7] ". Eu já o conhecia, há muitos anos, mas nunca tinha me detido a ler, isso faz parte de um dos meus equívocos, pois achava que, até então, nós não precisaríamos lê-lo, mas depois constatei que nós precisamos ler e muito. Vi muitas pessoas correndo para esse guia para trabalhar a História e dizer: "eu nunca soube disso até ter lido no guia" e aquilo foi me incomodando. Por isso, decidi investigar esse fato. A primeira parte dessa pesquisa – na verdade é uma pesquisa bem grande –, que eu desenvolvo, foi pensar esses processos de apropriação de conteúdos históricos a partir do livro do Leandro Narloch. Eu até dou uma dica para quem está pesquisando sobre o tema de Livros de História e Leitura no Brasil, que é o site: "Retratos da Leitura no Brasil[8] ", uma pesquisa global muito interessante que avalia vários aspectos da Leitura, mas no qual eu me detive, especificamente, na Apropriação de Livros de História, em que pude constatar alguns problemas que já surgiram em 2014/2015 tais como: as desqualificações dos Conteúdos Históricos e a depreciação dos Livros de História. Esses dois fatores refletem uma diminuição da leitura de livros de História e uma queda na leitura e na procura de conteúdos históricos. Agora, pós-pandemia, muita coisa mudou; o livro digital entrou com muita força nos últimos dois anos, mas eu já constatei nisso alguns problemas muito importantes tais como: a desqualificação dos livros de Histórias – ali já estava se apresentando a diminuição da Leitura; segundo: a desqualificação de professores e professoras, historiadores e historiadoras que são os profissionais que lidam, diretamente, com essa discussão; terceiro: a mobilização de pessoas e de audiências públicas contra esses materiais. Eu acho que, nesse ponto, nós temos um processo importante que foi se construindo ao longo dos últimos 08 anos que desemboca numa situação complexa: a profusão negacionista. Veja só: Quando me deparei com esse processo – e eu já estava lidando com internautas nas redes sociais falando e detonando o livro do MEC – já haviam muitos comentários do tipo: "ah o livro didático não serve", "esse livro não funciona" etc. Diante disso, percebi, concomitantemente, que emergia uma deslegitimação do conteúdo histórico e dos profissionais de História com o uso de uma nova roupagem que é o ativismo anti-histórico nas redes sociais, ou seja, um ativismo contra uma História Convencional e contra os historiadores. Diante disso, elegi como problema: Refletir sobre um tema histórico para entender como é que essas apropriações estavam funcionando e entender como os

7 Escrito pelo jornalista Leandro Narloch, publicado em 2009. Neste, critica-se a história do Brasil ensinada nas escolas, argumentando que os professores de história são ultrapassados pelo fato de serem "esquerdistas".

8 Para acessar a página: http://plataforma.prolivro.org.br/retratos.php

internautas passaram a se apoderar e a ler sobre esse acontecimento histórico na cena pública? Então essa pesquisa, inicialmente, tem somente o Brasil como delimitação de espaço, e, para executá-la, eu organizo todas as matérias da Folha de São Paulo que consegui mobilizar por meio dos termos de busca em sites de pesquisa. Esse mapeamento tem um recorte entre 2010 e 2017, no qual eu localizei em torno de 270 matérias postadas pela Folha de São Paulo no Facebook sobre a Ditadura Militar. Em seguida procurei fazer uma reflexão, primeiramente, quantitativa, isto é, como esse processo de negação crítica à Ditadura Militar foi se processando ao longo desses anos? Enfim: como esse conteúdo foi apresentado? Curiosamente, ao me deparar com esses dados do Brasil – e aí entra um projeto aprovado pelo CNPQ em 2017 –, busco saber a diferença dessa apropriação do leitor internauta brasileiro para o leitor internauta da Argentina. Vou dar um dado só para exemplificar: houve um aumento muito significativo a partir de 2013 da negação da Ditadura Militar na cena pública, e isso corrobora esse processo de ataque ao livro didático, ataque aos profissionais e reverbera na cena pública brasileira, que culmina em 2018 no pico de negação. Mas Por que isso acontece? Alguns acontecimentos históricos foram eleitos como bandeiras para pautas reacionárias na cena pública brasileira como se essas histórias tivessem dois lados: semana passada, eu estava dando aula de Teoria e falando das várias possibilidades que a história nos apresenta e um aluno levantou e disse: "é, professora, a história tem dois lados". Eu respondi: "nunca mais diga isso, a história não tem dois lados". Porque isso é o que agora vem se disseminando nesse processo de representação da História, ou seja, a História tem o lado que é o da Verdade, no caso de quem pratica esse tipo de História abusiva e seria a História que foi omitida pelos historiadores e uma História Verdadeira "entre aspas" que foi tomada por eles para uma nova produção reacionária de conteúdos históricos na cena pública, haja vista a empresa Brasil Paralelo[9]. O que a Brasil Paralelo faz? Aproveita-se de todo esse processo de deslegitimação do conteúdo histórico para dizer: agora nós vamos oferecer e vender um conteúdo realmente verdadeiro para vocês, porque, até então, ele foi escondido pelos historiadores. Então, esse é o processo muito complexo que nós vemos e que demanda tempo também. Realmente, uma análise muito complexa pensar isso hoje no Brasil.

RPG: *Enfrentamos, constantemente, o peso de passados violentos que, ainda, estão vivos de diferentes maneiras no presente. Esses passados desempenham papéis importantes na vida pública, não apenas como memórias traumáticas, mas também como experiências do presente. Na sua opinião, os historiadores deveriam promover reflexões que possibilitassem a reconstrução dessas memórias da Ditadura?*

SMMS: Bem eu não tenho dúvida que é fundamental e, na verdade, os historiadores e as historiadoras têm feito isso. Acho que, por exemplo, em termos de produção sobre a Ditadura Militar, talvez esse seja um dos objetos de maior reflexão em dissertações e teses quando tratamos de temas relacionados a históricos do tempo presente no Brasil. É claro que, ainda, temos muito por fazer e muito por investigar; basta lembrar dos recentes áudios[10] divulgados – objetos da pesquisa do professor Carlos

9 É uma empresa brasileira fundada em 2016, em Porto Alegre, que produz vídeos sobre política e história sob um viés da direita conservadora. Para acessar: https://www.brasilparalelo.com.br/sobre

10 Em 2017 após uma batalha judicial iniciada pelo advogado Fernando Augusto Fernandes foram liberados áudios inéditos de sessões do STM (Superior Tribunal Militar) que comprovam que as Forças Armadas sabiam da tortura de mulheres gravidas durante o período da Ditadura no Brasil.

Fico Júnior[11] – para compreendermos que sempre emergirão novos dados sobre esse período. Nesse sentido, os historiadores e historiadoras até têm produzido muito material sobre essa temporalidade, mas aí nós temos de fazer algumas perguntas: por que, então, a Ditadura Militar tem uma capilaridade tão problemática no Brasil? Ou seja, tem essa dificuldade de tratamento na cena pública por nossa sociedade, essa dificuldade de aceitação de que houve torturas ou o que é pior: de pessoas dizendo que tinham de ter matado mesmo – como o atual presidente da república que já disse, com todas as letras, em uma entrevista em 1990, que devia ter matado 30 mil (pessoas) igual Argentina, porque no Brasil matou foi pouco[12] . Então, as maneiras como o tema Ditadura Militar têm sido apropriadas em nossa sociedade estão para além do nosso papel apenas como historiadores e historiadoras, pois há toda uma dimensão política, uma dimensão ética, uma dimensão social, judicial, que no Brasil não foi enfrentado. É muito difícil construirmos um método de ensaio mais amadurecido na nossa sociedade quando os processos sociais, judiciais e éticos relacionados a esse acontecimento não foram vivenciados pela sociedade brasileira. Por exemplo: até hoje nenhum militar foi punido, nenhum militar foi preso, Ustra[13] ainda foi levado aos tribunais, mas morreu sem nunca ter respondido por qualquer crime de tortura. Enfim, até hoje nós temos pessoas desaparecidos que os familiares procuram os corpos que nunca foram encontrados, além de que nós, enquanto sociedade, não conseguimos fazer um processo de reflexão amplo sobre esse assunto, bem como não lidamos, de maneira aprofundada, com as memórias desse período. Eu gosto muito de dialogar, sobre esse tema, com Paul Ricoeur[14] quando ele fala dessa memória, dessas construções abusivas sobre a memória ou os impedimentos da memória ao tratar dessas questões, em seu último livro[15] , e da necessidade do trabalho da memória, ou seja, a memória sobre esse acontecimento não foi trabalhada. Mas por que ela não foi trabalhada? Porque em termos de cena pública, esse acontecimento é um acontecimento mal refletido. Exemplo disso muito prático: Em 2012 o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) que é um canal de televisão conservador, resolveu produzir a novela "Amor e Revolução". No entanto, nesse período, nós vivíamos o primeiro ano da Comissão Nacional da Verdade – e, a partir das discussões sobre a Comissão Nacional da Verdade, os militares acendem ao primeiro plano e Jair Bolsonaro bota seu pé mais fortemente para aparecer nessa cena pública. A novela Amor e Revolução reproduz, ao final de cada episódio, depoimentos de presos políticos e de pessoas que tiveram seus entes queridos desaparecidos. Esse acontecimento foi a primeira vez que, em horário nobre de televisão brasileira, presos políticos deram seu depoimento. "Eu fui torturada", "eu fui fiquei roxa", "eu fui violentada", "meu marido foi torturado" e aquilo gerou uma grande confusão com os militares de tal maneira que o SBT retirou esses depoimentos do final da novela. (...) eles ainda estão disponíveis no YouTube e é muito interessante para nós estudarmos – eu até orientei uma aluna no mestrado que analisou os testemunhos das mulheres ao fim desses capítulos.

---

11 É um historiador, especialista em História do Brasil República e Teoria da História, com ênfase em temas como Ditadura Militar (Brasil e Argentina), historiografia brasileira, golpe de 1964, memória e violência. Fico é o responsável pela compilação de 10 mil horas de registro feitos entre 1975 e 1985 de sessões secretas do STM.

12 Em entrevista na década de 1990, Jair Messias Bolsonaro disse ser favorável a técnicas de tortura usadas durante a Ditadura Militar. Ele também afirmou: 'através do voto, você não muda nada no Brasil. Só vai mudar quando tivermos uma guerra civil. Tem que matar uns 30 mil'.

13 Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército (de 1970 a 1974), um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da Ditadura Militar no Brasil

14 Foi um dos expoentes no campo da fenomenologia e da hermenêutica e é considerado um dos grandes nomes da filosofia contemporânea.

15 Em "A memória, a história, o esquecimento" (2007), Paul Ricoeur analisa os fenômenos relativos à memória e de seus desdobramentos no que refere à produção da narrativa historiográfica.

Mas o que eu quero dizer com isso? Que há um impedimento constante que esse debate se aprofunde, há estratégias de poder e os militares sempre entram nesses momentos para impedir que isso prospere (...), todavia nós, acadêmicos, estamos muito habituados com a ideia de que esse assunto da Ditadura já foi muito discutido e muito foi ouvido em círculos menores ou em círculos dentro das universidades, porém dar destaque a um preso político, como foi feito na Argentina[16], ainda não. E o que foi mais chocante? Nós vimos o depoimento do Paulo Malhães[17] , um militar que disse com todas as letras que participou de torturas, assassinatos, desaparecimento de corpos ser transmitido pelo Jornal Nacional da Globo, simplesmente o jornal de televisão mais assistido do Brasil e ninguém fez nada? E por que ninguém fez nada? Porque a sociedade ficou do jeito que estava: sentada e assistindo televisão. E eu acredito que esses são os processos que nós precisamos refletir.

RPG: *Quais os cuidados o/a historiador/a deve ter para não transformar o discurso da História Pública em um discurso autoritário que assume a ideia de que apenas uma verdade existe, e que só o historiador tem acesso a ela?*

SMMS: Eu acho que essa é uma cogitação que está muito clara para nós historiadores, dessas várias possibilidades que a história tem, dessas atualizações sobre o passado, de nós entendermos que esse passado não é construído com uma única voz ou por uma única história, pois, nos últimos anos, nós avançamos muito sobre esses processos e eu acredito que a História Pública tem essa qualidade. Pelo menos todas as pessoas que eu conheço que praticam a História Pública têm essa grande qualidade que é a reflexão do diálogo de uma história... A Juniele de Almeida gosta de falar disso, chamando-a de uma história compartilhada. Então, quando você diz que essa história é dividida, significa dizer que esse conhecimento pode e deve ser compartilhado, pois ele não é objeto de um sujeito ou de um lugar específico e eu penso que essa é uma qualidade importante. Agora: é aquilo que eu comentei na primeira pergunta. Existem quando se vai para cena pública ou quando você pensa no conhecimento acadêmico, protocolos rigorosos. Quem faz doutorado sabe ao que me refiro: quando se pede um projeto, você já tem que dar uma metodologia e, na sequência, já tem que dizer quais são as suas fontes. Mas a grande questão é que não se sabe como a narrativa pública de História é produzida ou temos clareza de como ela é feita, e isso é muito complicado porque houve um avanço muito poderoso de sujeitos que se colocaram como novos produtores de História. Gosto muito de mencionar a Brasil Paralelo porque ela é uma empresa que, em primeiro lugar, identificou um processo de desgaste que já estava havendo. Em segundo: tem uma identidade política reacionária muito clara em todo o seu projeto. Em terceiro: trabalha o conteúdo histórico como um produto vendável e faz muito dinheiro com isso. Então, é um produto por excelência que está sendo vendido para essas audiências. Em quarto: se arroga como os novos lugares produtores de verdadeiras histórias, e isso é um problema gravíssimo, porque é o que eu disse: é o perigo de nos depararmos com conteúdos que são produzidos para um público específico e destinados a fazer um engajamento com imagens nas redes sociais. No entanto, acho que temos o papel

16 Familiares e ex-presos políticos foram à TV logo na sequência quando se encerra o golpe requerer justiça.

17 Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, no dia 25/03/2014, Paulo Malhães admitiu envolvimento em torturas, mortes e ocultação de corpos de vítimas da ditadura. E deu detalhes de como funcionava a chamada Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), um centro clandestino de torturas onde foram mortas cerca de 20 pessoas

enquanto historiadores e historiadoras de entender essas narrativas, denunciar que elas são falaciosas, denunciar seus modos abusivos de história e negacionismo. Acho que essa é uma função importante que nós temos que assumir na cena pública – que é o enfrentamento desse tipo de narrativa – narrativa de via única, narrativa de deslegitimação do conhecimento porque é isso que eles fazem quando dizem que vão produzir essas narrativas. Eles não querem dialogar. Eles querem se colocar como a narrativa sobre o passado, portanto não há nada de compartilhamento de ideias. O que há é uma tentativa de deslegitimação e aniquilação dessa produção que é tão trabalhosa que nós historiadores e historiadores fazemos. Então, eu acho que esse é o maior risco é esse: não necessariamente partindo de historiadores e historiadoras que estão nesse exercício público, mas de narrativas públicas reacionárias e abusivas que se colocam como espaços que estão contando essa verdadeira História.

RPG: *Para finalizar. Vivemos um universo em que a própria ideia de verdade se tornou uma mercadoria vendida como informação. Nesse sentido, como professores/as de história devem lidar com os movimentos negacionistas e revisionistas em nosso tempo presente?*

SMMS: Essa é a pergunta que vale R$ 1 milhão. Eu tenho, como professoras e orientadoras do Profhistória, orientandos que estão trabalhando com esses conteúdos negacionistas e que buscam refletir sobre esse fenômeno avassalador. Então, vamos pensar assim: as ideias negacionistas sempre tiveram uma circulação muito anterior ao século XX, porém nós sabemos que, desde a Segunda Guerra, essa ideia de negação se vincula à negação do holocausto, mas ela só vai se constituir de maneira mais presente ao final dos anos 1980, período em que, finalmente, o conceito dito é elaborado. Diante disso, nós, historiadores, temos um desafio tenaz que é monitorar a profusão, a quantidade e a rapidez com a qual esses conteúdos negacionistas circulam, e os caminhos por onde eles circulam. Só que, atualmente, ele está na palma da mão, certo? Então, veja a dificuldade: vamos comparar o que foi aquele processo de negacionismo de David Irving[18] contra a Deborah Lipstadt[19], ao final dos anos 1990, em que era possível ter, mais ou menos, um universo de controle sobre essa temática. David Irving publicou um livro qualquer e saiu para dar suas palestras, fazer suas críticas e disse ter as fontes de tudo o que ele escrevia. No entanto, ele foi questionado no tribunal e foi derrotado. Esse é um contexto em que há uma construção que é limitada e que pode ser combatida, diretamente, em seus contornos. Mas, quando nós estamos falando em torno desse novo negacionismo – eu vou chamar novo principalmente pelo caráter de distribuição que ele tem – nós vamos pensar em algo que é quase impossível de acompanhar por onde ele circula. Porque ele sai das redes sociais, dos canais do YouTube, reverberam no WhatsApp e chegam dentro das casas nos grupos de família e na individualidade das pessoas. Compreende que essa não é uma tarefa fácil? Na verdade, nada vai ser muito fácil para nós nesse processo de construção comunicacional que nós temos agora. Outro detalhe fundamental é que nós, das áreas de humanas, temos que aprender a lidar com a linguagem das Comunicações. Nós temos que entender que não é simplesmente publicar uma tese, transformar em livro e distribuir para

18 Historiador britânico que minimizou a tragédia do Holocausto e a responsabilidade de Adolf Hitler no massacre de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

19 Lipstadt, é professora de estudos judaicos e de estudos do Holocausto na Emory University, e autora dos livros "Antisemitismo Aqui e Agora" e "História em Julgamento: Meu Dia no Tribunal com um Negador do Holocausto".

as livrarias vender. Não é mais assim que as informações circulam. Os livros hoje estão aos pedaços, em PDF, e em qualquer plataforma digital, assim como o conteúdo negacionista. Então, essa é uma tarefa que eu acredito que precisa passar por um novo processo de formação de professores e professoras, de historiadores e historiadoras porque nós não vamos mais conseguir lidar com esse problema usando ferramentas do passado. Além disso, precisamos descer para o nível do conteúdo propriamente dito para assimilarmos quais são as linhas que constroem esses argumentos negacionistas. Então, por exemplo: estou orientando uma aluna da graduação que pesquisa sobre um canal do YouTube, que não é o Brasil Paralelo, mas é um canal conservador que é o "Lobo Conservador". Nesse trabalho ela quer observar os conteúdos históricos e entender quais são as linhas de construção narrativa presentes nele justamente para demonstrar como esse processo de negação se elabora e como ele chega à sala de aula. Na escola, nós lidamos com adolescentes e a própria maneira de trabalhar esses conteúdos precisa ser direcionada para desafios cognitivos dessa idade, uma vez que os estudantes não podem ser enfrentados simplesmente dizendo: "Isso aí não serve". Porque se nós simplesmente dissermos: "isso aí não serve, isso aí não é verdade". Aí é que ele vai olhar mesmo. Aí é que esse assunto vai se tornar atrativo, porque o aluno vai pensar: "porque será que o professor está dizendo que não serve?" Tudo isso passa por uma série de ações que vão desde o processo de formação de nós professores, o processo de investigação dessas matrizes negacionistas, como ela se espalha na cena pública e, por fim, pela construção de estratégias mais práticas de combatê-la. Atualmente, nós já conseguimos produzir canais para responder esses materiais, para colocar outras questões e não dialogar diretamente com elas. Vidal-Naquet[20] já dizia lá nos anos 1980: não se dialoga com o negacionista, mas se desestrutura aquilo que ele apresenta como conhecimento para demonstrar que aquilo, na verdade, é falácia. Isso porque, se nós formos dialogar com eles, eles sempre vão querer puxar para um campo das radicalidades do discurso e que se repetem em si mesma.

20 Pierre Emmanuel Vidal-Naquet (1930-2006) foi um historiador e intelectual francês, de origem judaica. Escreveu um livro de referência sobre o negacionismo do Holocausto: "Assassinos da Memória"

REFERÊNCIAS

MENESES, Sonia, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; (Org.). HISTÓRIA PÚBLICA EM DEBATE: PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E MEDIAÇÕES DO PASSADO. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018. v. 1.

SITES CONSULTADOS

http://lattes.cnpq.br/5588377981047859 acesso em 14 de maio de 2022.

http://lattes.cnpq.br/7835530375903585 acesso em 14 de maio de 2022.

http://lattes.cnpq.br/2017104349633265 acesso em 15 de maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_Vidal-Naquet acesso em 15 de maio de 2022.

https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/paulo-malhaes/ acesso em 16 de maio de 2022